

EXTERNATO DO PARQUE

REGULAMENTO INTERNO

2016-2020



REGULAMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

Artigo 1.º – Preâmbulo 5

Artigo 2.º – Introdução 6

CAPÍTULO II

Artigo 3.º – Disposições gerais 7

Artigo 4.º – Objeto e âmbito de aplicação 7

CAPÍTULO III

Artigo 5.º – Objetivos gerais 8

Artigo 6.º – Regime do funcionamento do Colégio 9

Artigo 7.º – Regulamento Geral de Proteção de Dados 10

Artigo 8.º – Horário de funcionamento e calendário letivo 10

Artigo 9.º – Visitas de estudo 11

*Artigo 10.º – Atividades curriculares de frequência obrigatória e
atividades de enriquecimento curricular de frequência facultativa* 11

Artigo 11.º – Prolongamentos 12

CAPÍTULO IV

Órgãos de gestão

Artigo 12.º – Diretora Geral (representante da Entidade Titular) 13

Artigo 13.º – Direção 14

Artigo 14.º – Diretora Pedagógica 15

Artigo 15.º – Coordenadora do Pré-escolar 15

Artigo 16.º – Coordenadora do 1.º Ciclo 16

Artigo 17.º – Conselho Pastoral 16

Artigo 18.º – Conselho Pedagógico 17

Artigo 19.º – Conselho de docentes do Pré-escolar e 1.º Ciclo 18

Artigo 20.º – Apoio educativo 18

Artigo 21.º – Conselho Administrativo 18

CAPÍTULO V

Outros serviços e respetivo funcionamento

<i>Artigo 22.º – Secretaria</i>	19
<i>Artigo 23.º – Serviços de enfermagem</i>	20
<i>Artigo 24.º – Refeitório</i>	21
<i>Artigo 25.º – Recreios</i>	22
<i>Artigo 26.º – Reprografia</i>	22
<i>Artigo 27.º – Portaria</i>	23
<i>Artigo 28.º – Salas de estudo</i>	23
<i>Artigo 29.º – Biblioteca</i>	23
<i>Artigo 30.º – Laboratório</i>	24
<i>Artigo 31.º – Transporte escolar</i>	24
<i>Artigo 32.º – Sala de audiovisuais</i>	25
<i>Artigo 33.º – Espaços desportivos</i>	25
<i>Artigo 34.º – Seguro escolar</i>	25
<i>Artigo 35.º – Salas de aula</i>	26
<i>Artigo 36.º – Atividades de enriquecimento curricular</i>	27
<i>Artigo 37.º – Escola virtual</i>	27

CAPÍTULO VI

Os alunos

<i>Artigo 38.º – Direitos e deveres</i>	27
<i>Artigo 39.º – Disciplina</i>	31
<i>Artigo 40.º – Assembleia de delegados e subdelegados de turma</i>	33
<i>Artigo 41.º – Regime de faltas dos alunos</i>	34
<i>Artigo 42.º – Avaliação das aprendizagens dos alunos dos ensinos Pré-escolar e 1.º Ciclo</i>	36

CAPÍTULO VII

Pessoal docente do Pré-escolar e 1.º Ciclo

<i>Artigo 43.º – Pessoal docente</i>	42
<i>Artigo 44.º – Direitos</i>	43
<i>Artigo 45.º – Deveres</i>	43

<i>Artigo 46.º – Atribuições específicas dos professores e educadores titulares de turma</i>	45
--	----

CAPÍTULO VIII

Pessoal não docente

<i>Artigo 47.º – Pessoal não docente</i>	45
<i>Artigo 48.º – Direitos</i>	46
<i>Artigo 49.º – Deveres</i>	46
<i>Artigo 50.º – Atribuições dos assistentes educativos</i>	47

CAPÍTULO IX

Participação dos encarregados de educação

<i>Artigo 51.º – Direitos e deveres dos encarregados de educação</i>	48
<i>Artigo 52.º – Delegados dos encarregados de educação</i>	49
<i>Artigo 53.º – Conselho de delegados de pais do Pré-escolar e 1.º Ciclo</i>	49
<i>Artigo 54.º – Disposição final</i>	50

REGULAMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

Preâmbulo

O Externato do Parque, sito na Rua Artilharia Um, 97, 1070-012 Lisboa, freguesia de Campolide, titular do Alvará nº 17, de 29 de abril de 1932, pertence à Província Portuguesa das Irmãs de Santa Doroteia e por ela é dirigido.

Dedica-se à educação de crianças do pré-escolar e 1.º Ciclo do ensino básico, tendo ao seu serviço irmãs, professores, educadoras e auxiliares de ação educativa e outros técnicos de educação.

O Externato do Parque é um Colégio Católico, segundo o disposto no Cânone 803 do Código do Direito Canónico e rege-se pelas normas legislativas do Ministério da Educação e Ciência designadamente: *Decreto-Lei N.º 139/2012* alterado pelo *Decreto-Lei N.º 91/2013*, *Despacho Normativo N.º 13/2014*, *Despacho Normativo N.º 17-A/2015*, *Decreto-Lei 152/2013*, *Decreto-Lei N.º 137/2012* e o *Decreto-Lei N.º 17/2016 de 4 de abril*.

A missão do Externato do Parque, conforme o seu Projeto Educativo, é a educação integral da Pessoa segundo a Pedagogia do Evangelho que leva o Homem a descobrir que é amado por Deus, a acreditar nesse amor e a crescer como Pessoa até à plenitude da maturidade em Cristo (Cfr. Constituições das Irmãs de Santa Doroteia nº 26).

Foi-lhe conferida autonomia pedagógica em março de 1990 (Despacho 23/03 de 1990, do Ministério de Educação) tendo sido até à data automaticamente renovada.

A partir dos princípios orientadores fundamentais que alicerçam a ação educativa das Irmãs de Sta. Doroteia, formulados no Projeto Educativo, o Externato do Parque procura que cada pessoa e comunidade se desenvolva harmoniosamente em todas as dimensões numa dinâmica de relações

- marcada pela “simplicidade”;
- caracterizada pelo “espírito de família”;
- imbuída de “espírito de serviço”.

O Externato do Parque fomenta os valores da dignidade da pessoa humana, da democracia, do exercício responsável da liberdade individual e da identidade nacional.

“Educar bem as crianças, é transformar o mundo e conduzi-lo à verdadeira vida”

Paula Frassinetti

Artigo 2.º

Introdução

De acordo com a Lei nº 51/2012, Decreto-Lei 137/2012 e o Decreto-Lei 152/2013, o Regulamento Interno define o regime de funcionamento do Externato do Parque, de cada um dos seus órgãos de gestão, das estruturas de orientação e dos serviços administrativos, técnico-pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade educativa. Constitui um instrumento de grande utilidade na gestão do Colégio, nas suas múltiplas vertentes, na medida em que permite a participação dos vários intervenientes no processo educativo de forma harmoniosa. É dado a conhecer através do *site* do Colégio e existe em suporte de papel na Secretaria para consulta.

Como em todos os grupos humanos, a comunidade educativa tem necessidade de normas que regulamentem a sua organização e funcionamento. Normas que advêm do espírito do Projeto Educativo e que visam essencialmente a construção dum ambiente simples, sadio e educativo.

A todos:

- Direção, professores e educadoras, auxiliares de educação, pais/ encarregados de educação e alunos,

Compete:

Motivar e ser referência de tais normas, sabendo articular a sua liberdade com a liberdade dos outros, tendo sempre **presente “O Modo de Educar de Paula Frassinetti”, “Pela Via do Coração e do Amor”.**

CAPÍTULO II

Artigo 3.º

Disposições Gerais

1. O Externato do Parque desenvolve um processo educativo cujos intervenientes têm por obrigação assimilar os princípios orientadores e objetivos preconizados no Projeto Educativo;
2. O Projeto Educativo, atualizado periodicamente com a colaboração de todo o corpo docente e consulta alargada a outros elementos da comunidade educativa, orientará a atividade educativa do Colégio. Os intervenientes no processo educativo, educadores e educandos, estão vinculados pelas disposições contidas no regulamento interno;
3. A matrícula no Colégio e a sua frequência pressupõem, implicitamente, a aceitação dos princípios e orgânica pela qual o Colégio se rege: pedagogia, disciplina, normas, preçários, participação nas atividades festivas e reuniões;
4. O ambiente escolar deve ser familiar, simples, de boa camaradagem, de amizade, respeito e disciplina. Defender-se-ão em todas as circunstâncias os valores perenes da verdade, da justiça, da liberdade, do respeito mútuo, da paz, do bom relacionamento e da interajuda;
5. O Externato do Parque é um estabelecimento com autonomia pedagógica, o que lhe permite ter planos de estudo e conteúdos programáticos próprios, efetuar a matrícula dos seus alunos, e emitir diplomas e certificados de matrícula, de aproveitamento e de habilitações.
6. Os casos omissos neste Regulamento serão regulados pela lei geral, pelas leis especiais respetivas ou encaminhados pelo diretor da Escola para os órgãos de decisão competentes.

Artigo 4.º

Objeto e âmbito de aplicação

1. De acordo com a legislação em vigor o presente Regulamento Interno define o regime de funcionamento do Externato do Parque, dos seus órgãos de gestão e

administração, atividades de enriquecimento curricular bem como os direitos e deveres dos membros da comunidade escolar.

2. Constituem instrumentos de gestão, os seguintes documentos:

- a) Projeto Educativo;
- b) Regulamento Interno;
- c) Plano Anual de Atividades;
- d) Projeto Curricular de Escola.

Assentando em princípios de democraticidade, o Regulamento Interno deve ser obra de toda a comunidade educativa, produto da partilha de esforços de todos os elementos envolvidos, aberto e flexível a uma avaliação periódica que ajuíze da sua eficácia e adequação à nossa realidade educativa, envolvendo o maior número de intervenientes com vista ao desenvolvimento de planos de melhoria.

Só através dum aperfeiçoamento do espírito de tolerância, interajuda, responsabilidade e abertura ao meio circundante, a escola poderá ser, realmente, um espaço de agradável convívio e partilha de saberes. Nesse sentido, enuncia um conjunto de normas a aplicar a toda a comunidade educativa, com vista ao bom funcionamento da Escola e da consecução dos objetivos estabelecidos no seu projeto educativo.

CAPÍTULO III

Artigo 5.º

Objetivos Gerais

- 1. Estabelecer um clima de ordem, humanizado, simples e familiar, onde todos se reconheçam nos seus direitos e deveres e sintam amizade, bem-estar, interajuda e complementaridade;
- 2. Desenvolver hábitos de convivência e tolerância baseados em princípios comuns a todos os elementos do grupo;
- 3. Reconhecer e tomar consciência da necessidade de normas para o regular funcionamento do Colégio;
- 4. Preparar-se para a vida numa sociedade mais alargada onde as normas têm de ser respeitadas.

Artigo 6.º

Regime do funcionamento do Colégio

1. O Externato do Parque é frequentado por alunos do pré-escolar (dos 3 aos 5 anos) e 1.º ciclo do ensino básico (1.º, 2.º, 3.º e 4.ºs anos);
2. O pré-escolar desenvolve os seus planos de atividade pedagógica orientados pelas educadoras de acordo com as orientações curriculares do Ministério da Educação e Ciência (MEC);
3. Além das educadoras e das auxiliares que lhes dão apoio, há professores coadjuvantes nas áreas de educação física, expressão musical e no ensino do inglês;
4. É no 1.º Ciclo que se consolida e formaliza a aprendizagem das literacias, visando o domínio e o uso dos vários códigos linguísticos (a língua materna, mas também as linguagens matemática, artísticas, etc.). É também neste Ciclo que se estruturam as bases do conhecimento científico, tecnológico e cultural. Tem-se como referências os programas das disciplinas e áreas curriculares disciplinares, bem como as metas curriculares a atingir por ano de escolaridade e ciclo de ensino, de acordo com o Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril;
5. Além do professor titular há professores coadjuvantes para as seguintes áreas: religião, educação física, educação artística, inglês e tecnologias de informação e comunicação (TIC);
6. Funciona ainda o apoio pedagógico, em horário curricular;
7. Durante as tardes de 4.ª feira não há aulas curriculares. Os prolongamentos funcionam como nos outros dias da semana;
8. O preçário é atualizado anualmente e exposto na secretaria para consulta e a informação aos pais/encarregados de educação é colocada no site do Colégio (*anexo 1*).

Artigo 7.º

Regulamento Geral de Proteção de Dados

1. O Externato do Parque reserva-se o direito de utilizar imagens, fotografias, filmes ou textos das crianças em publicações escritas ou virtuais da sua responsabilidade, exclusivamente para efeitos educativo-pedagógicos;
2. Ao procederem à matrícula da criança, os pais/encarregados de educação consentem expressamente, de uma forma livre e esclarecida, as operações de tratamento de dados pessoais da criança matriculada, realizadas no âmbito das atividades do Externato do Parque e relacionadas com o tratamento do material audiovisual referido no ponto 1;
3. Os pais/encarregados de educação poderão exercer livremente os direitos de proteção dos dados, nomeadamente os direitos de acesso ou consulta, retificação, limitação do tratamento, oposição ou apagamento, bastando para tal contactar com a secretaria do Externato do Parque, dentro do horário normal de funcionamento, presencialmente, através de correio eletrónico ou por correspondência endereçada à Instituição;
4. Só é permitido registar imagens ou sons de atividades letivas e não letivas, desenvolvidas pelo Externato do Parque, quando expressamente consentidas pelos titulares e quando inseridas em atividades ou trabalhos de carácter educativo-pedagógico com autorização prévia escrita e expressa da direção da Instituição.
5. É proibido difundir por qualquer meio de comunicação, nomeadamente por via de Internet ou por via de comunicações móveis, imagens ou sons registados no contexto de atividades letivas e não letivas, desenvolvidas pelo Externato do Parque sem consentimento prévio dos titulares dos dados e/ou sem autorização prévia escrita e expressa da direção da Instituição.

Artigo 8.º

Horário de funcionamento, calendário letivo e preçário

1. O ano escolar corresponde ao período compreendido entre o dia 1 de setembro de cada ano e o dia 31 de agosto do ano seguinte;

2. O ano letivo é entendido como o período contido dentro do ano escolar no qual são desenvolvidas as atividades escolares e corresponde a um mínimo de 180 dias;
3. O calendário escolar anual, do Colégio é definido anualmente de acordo com o despacho do Ministério da Educação e Ciência;
4. O Colégio está aberto nas interrupções letivas de acordo com o calendário escolar anual;
5. Nas tardes de quarta-feira e nos prolongamentos, o Colégio proporciona atividades de enriquecimento curricular facultativas nas quais os alunos se devem inscrever no início do ano escolar;
6. No mês de julho o Colégio organiza um programa educativo de frequência facultativa para os alunos inscritos.

Artigo 9.º

Visitas de estudo

1. As visitas de estudo são atividades pedagógicas planeadas de acordo com os objetivos do projeto curricular de turma e inserem-se no plano anual de atividades;
2. Realizam-se duas visitas por trimestre e um passeio anual;
3. A professora titular/educadora pode, desde que integrado no plano curricular, propor à direção pedagógica outras visitas de estudo;
4. No ato da primeira matrícula do aluno no Colégio, o encarregado de educação assina uma declaração em que autoriza o seu educando nas deslocações a: visitas de estudo, passeio final de ano e outras atividades de âmbito pedagógico durante o tempo de permanência neste estabelecimento.

Artigo 10.º

Atividades curriculares de frequência obrigatória e atividades de enriquecimento curricular de frequência facultativa

1. Pré-escolar:

- a. No ensino pré-escolar o **currículo obrigatório** é definido de acordo com as áreas de conteúdo propostas nas Orientações Curriculares para

- a Educação Pré-Escolar do Ministério da Educação, designadamente: Área de Formação Pessoal e Social, Área de Expressão e Comunicação e Área do Conhecimento do Mundo.
- b. Do horário letivo fazem parte as aulas de Inglês, Educação Física e Música, lecionadas pelos professores coadjuvantes em parceria com as educadoras titulares.
- c. No desenvolvimento do seu Projeto Educativo, o Externato do Parque proporciona **Atividades de Enriquecimento Curricular** de frequência facultativa (consultar secretaria/site).

2. 1.º Ciclo:

- a. No 1.º Ciclo o **currículo obrigatório** é definido de acordo com os programas oficiais e metas curriculares nas seguintes disciplinas: Português, Matemática, Estudo do Meio, Apoio ao Estudo, Inglês, Educação Artística, Educação Física e Cidadania e Desenvolvimento. Faz também parte do currículo a disciplina de Religião.
- b. A disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação é de frequência obrigatória e o seu custo não está incluído na anuidade (*ver preçário em anexo*).
- c. No desenvolvimento do seu Projeto Educativo, o Externato do Parque proporciona **Atividades de Enriquecimento Curricular** de frequência facultativa (consultar secretaria/site).

Artigo 11.º

Prolongamentos

Por prolongamento entende-se o serviço prestado aos alunos quando os mesmos permanecem no Colégio após o período considerado letivo, de acordo com o seguinte horário: o primeiro prolongamento é das 17h15m até às 18h15m e o segundo prolongamento é das 18h15m até às 19h15m.

1. No Pré-escolar, os alunos de 3 anos só devem ter o prolongamento até às 18h15m, sendo o horário dos 4 e 5 anos igual ao 1.º Ciclo;
2. O 1.º ciclo, dispõe de salas de estudo durante o 1.º prolongamento;
3. Os valores dos prolongamentos constam do preçário;

4. Nas tardes de 4.^a feira, há diversas atividades de enriquecimento curricular de caráter facultativo.

CAPÍTULO IV

Órgãos de Gestão

A gestão participada do Colégio é assegurada por órgãos próprios aos quais cabe cumprir e fazer cumprir os princípios e os objetivos referidos no projeto educativo do Colégio com vista à consecução da sua missão como escola da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia.

Artigo 12.º

Diretora Geral (representante da Entidade Titular)

A entidade titular do Externato do Parque é a Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia, representada pela coordenadora provincial ou sua delegada, nos termos dos respetivos estatutos, que tem como competências as seguintes:

1. Definir orientações gerais para a escola;
2. Assegurar os investimentos necessários ao normal funcionamento do estabelecimento;
3. Representar a escola em todos os assuntos de natureza administrativa e financeira;
4. Responder pela correta aplicação dos apoios financeiros recebidos;
5. Estabelecer a organização administrativa e as condições de funcionamento da escola;
6. Assegurar a contratação e a gestão do pessoal; contratar docentes para suprir necessidades de substituição temporária ou de longa duração de professores e educadores;
7. Prestar ao Ministério da Educação e Ciência as informações que este, nos termos da lei, solicitar;
8. Assegurar a divulgação pública do projeto educativo, das condições de ensino e os resultados académicos obtidos pela escola, nomeadamente nas provas e

- exames nacionais, e tornar públicas as demais informações necessárias a uma escolha informada a ser feita pelas famílias e pelos alunos;
9. Manter registos escolares dos alunos, em condições de autenticidade e segurança;
10. Cumprir as demais obrigações impostas por lei.

Artigo 13.º

Direção

1. A direção é o órgão de gestão nas áreas pedagógica, administrativa, cultural e patrimonial cujos elementos são nomeados pela coordenadora provincial ou sua delegada e que funciona em estreita ligação com a mesma. A direção é constituída pelos seguintes elementos:
- a. Representante da Entidade Titular (Diretora Geral);
 - b. Diretora pedagógica;
 - c. Coordenadora do Pré-escolar.
2. É da sua competência ou pode delegar:
- a. Zelar pela conservação das instalações e equipamentos procedendo à sua intervenção sempre que seja necessário de forma a humanizar os espaços do Colégio;
 - b. Acordar com os serviços administrativos e contabilidade a manutenção e aquisição de equipamentos;
 - c. Coordenar o plano das visitas de estudo;
 - d. Participar no conselho pastoral;
 - e. Coordenar o serviço de saúde, higiene e segurança dos funcionários;
 - f. Coordenar as estruturas de apoio educativo que compreendem as áreas de gestão do refeitório, manutenção da higiene e segurança das instalações, gestão do pessoal não docente e ainda a coordenação do site e facebook do Colégio.

Artigo 14.º

Diretora pedagógica

1. A diretora pedagógica é nomeada pela coordenadora provincial ou sua delegada.
2. A nomeação da diretora pedagógica requer, da parte da pessoa designada, os requisitos para o exercício do cargo estipulados na lei. Tem as seguintes funções:
 - a. Representar o Externato do Parque junto do Ministério de Educação e Ciência em todos os assuntos de natureza pedagógica;
 - b. Planificar e superintender nas atividades curriculares e culturais;
 - c. Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos;
 - d. Velar pela qualidade do ensino;
 - e. Zelar pela educação e disciplina dos alunos;
 - f. Atender e chamar os Pais /E. Educação sempre que seja necessário.

Artigo 15.º

Coordenadora do Pré-escolar

1. É uma educadora nomeada e exonerada pela Diretora Geral depois de ouvida a diretora pedagógica.
2. É da sua competência:
 - a. Reunir semanalmente e sempre que necessário com a direção para se debruçar sobre o funcionamento do Pré-escolar;
 - b. Analisar eventuais problemas ou situações escolares e encontrar soluções para os mesmos;
 - c. Marcar as visitas de estudo e o respetivo transporte;
 - d. Requisitar o material;
 - e. Coordenar as diversas atividades pedagógicas, culturais;
 - f. Interligar os diversos setores da sua responsabilidade com a direção;
 - g. Presidir ao conselho de educadoras em todas as reuniões;
 - h. Supervisionar as planificações a longo, médio e curto prazo do currículo proposto para o pré-escolar e assegurar a articulação com o 1.º ciclo;

- i. Convocar e presidir periodicamente a reuniões das auxiliares da ação educativa;
- j. Coordenar e dinamizar o setor da vigilância;
- k. Ter conhecimento e organizar as substituições das educadoras ou vigilantes em caso de falta;
- l. Providenciar às necessidades de equipamento e material didático do pré-escolar.

Artigo 16.º

Coordenadora do 1.º ciclo (a desempenhar pela Diretora Pedagógica)

É da sua competência:

- 1. Coordenar o processo de elaboração, implementação e desenvolvimento do projeto educativo, projeto curricular de escola e do plano anual de atividades;
- 2. Orientar o processo de elaboração dos critérios de avaliação das aprendizagens dos alunos e respetiva divulgação;
- 3. Propor a aquisição do material didático e pedagógico necessário à direção.

Artigo 17.º

Conselho Pastoral

- 1. É o órgão responsável pela animação e coordenação da ação evangelizadora e pastoral.
- 2. Reúne, ordinariamente, uma vez por mês e sempre que considere oportuno.
- 3. É formado por um elemento da direção, uma educadora, duas professoras do 1.º Ciclo e professores de Religião.
- 4. É da sua competência:
 - a. Propor anualmente os objetivos e as linhas de ação da dimensão evangelizadora do projeto educativo-pastoral emanadas por proposta da Equipa de Pastoral da Províncias das Irmãs Doroteias;
 - b. Planificar as atividades religiosas e pastorais, de acordo com o projeto educativo;
 - c. Promover a dimensão evangelizadora em todas as atividades educativas;
 - d. Apresentar à direção, o planeamento e avaliação das atividades anuais.

Artigo 18.º

Conselho Pedagógico

1. É um órgão consultivo, de coordenação pedagógica e orientação educativa do Colégio.
2. É composto pela direção, equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, dois representantes de projetos em desenvolvimento e, para assuntos específicos, um representante dos não docentes e representantes dos Delegados de Pais.
3. É da sua competência:
 - a. Apresentar propostas para elaboração do projeto educativo e do plano anual de atividades e pronunciar-se sobre os respetivos projetos;
 - b. Apresentar propostas e emitir parecer sobre a elaboração do plano de formação e de atualização dos docentes e não docentes;
 - c. Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional e do acompanhamento pedagógico dos alunos;
 - d. Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos;
 - e. Adotar os manuais escolares, ouvido o conselho de docentes;
 - f. Propor o desenvolvimento de experiências da inovação pedagógica e de formação, em articulação com as instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a formação e a investigação;
 - g. Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;
 - h. Proceder ao acompanhamento e avaliação do plano anual de atividades;
 - i. Dar conhecimento dos critérios gerais da avaliação das aprendizagens dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo de acordo com as normas legais.
4. O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente uma vez por período e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo diretor pedagógico;
 - a. Nos casos em que o Conselho Pedagógico for chamado a assumir decisões, procurará fazê-lo por consenso, tendo como fundamento os princípios educativos do Colégio;
 - b. Das reuniões são lavradas atas.

Artigo 19.º

Conselho de docentes do Pré-escolar e 1.º Ciclo

O conselho de docentes é formado pelas educadoras do pré-escolar e pelos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a quem compete:

1. Apreciar e dar parecer sobre as questões de natureza educativo-pedagógica e disciplinar que digam respeito ao seu ciclo;
2. Articular as atividades de turma, designadamente no que se refere ao planeamento e coordenação de atividades interdisciplinares;
3. Decidir sobre as propostas de avaliação do rendimento escolar apresentadas por cada professor;
4. Colaborar na formulação de propostas, com vista ao plano anual de atividades.
5. Programar e dinamizar o setor pedagógico de acordo com o projeto educativo, projeto curricular de escola e elaborar o plano anual de atividades;
6. Reunir no início do ano letivo para programações; no final de cada período escolar para avaliações do processo educativo e todas as vezes que for convocado pela Direção;
7. Os conselhos de docentes do Pré-escolar e 1.ºCiclo reúnem para programar e dinamizar o setor pedagógico, de acordo com o projeto educativo, o projeto curricular de escola e o plano anual de atividades e proceder à avaliação dos alunos.

Artigo 20.º

Apoio Educativo

O apoio educativo é prestado por psicólogos, educadores e professores que atuam em estreita articulação com os intervenientes no processo educativo.

Artigo 21.º

Conselho Administrativo

É constituído pela Diretora Geral, pela coordenadora da comunidade e pela responsável da tesouraria e contabilidade.

CAPÍTULO V

OUTROS SERVIÇOS E RESPETIVO FUNCIONAMENTO

Artigo 22.º

Secretaria

1. Atender os pais, alunos e professores em tudo o que diz respeito a inscrições, matrículas, marcações de entrevistas e contagem de tempo de serviço;
2. Poder ainda passar declarações de frequência e de aproveitamento para fins de subsídios concedidos pelas empresas e organismos de Estado;
3. Aceitar, em data, a definir anualmente, a pré-inscrição para o ano letivo seguinte. Os alunos que pretendam continuar têm prioridade sobre os outros desde que se inscrevam na data estabelecida;
4. Informar, por circular no site, as datas exatas para as matrículas dos alunos e os documentos necessários: cartão de cidadão, boletim de vacinas e fotografias;
5. No ato da matrícula os pais/encarregados de educação devem preencher um impresso próprio para o efeito, em que expressará as alternativas que pretende quanto às diferentes possibilidades de refeição, prolongamentos, atividades de complemento curricular, etc.;
6. Os alunos são considerados matriculados quando: tiverem sido entregues todos os documentos exigidos pelas normas oficiais e por este regulamento e quando tiver sido paga a propina de inscrição. O valor da inscrição, em caso de desistência, não será devolvido;
7. As condições de inscrição e de matrícula no Colégio, bem como as mensalidades das atividades de complemento curricular, encontram-se definidas no preçário.
8. A alteração da modalidade de inscrição (alimentação, transporte e estudo) após aviso na secretaria do Colégio pelos pais/encarregados de educação, só entrará em vigor no início do trimestre seguinte;
9. As entrevistas com os professores/educadores devem ser marcadas com antecedência mínima de 24h, através da secretaria, pelos pais/encarregados de educação;

10. As senhas de almoço e lanche são vendidas na secretaria, de véspera ou no próprio dia até às 10h da manhã;
11. O preçário está sujeito a alteração anual (consultar *site*);
12. As mensalidades devem ser pagas até ao dia 10 de cada mês, de setembro a junho.
13. O pagamento trimestral até ao dia 10 de outubro, janeiro e abril. O anual até ao dia 10 de outubro.
14. Os preços da mensalidade não sofrem descontos por ausência voluntária ou involuntária;
15. O mês é considerado inteiro para efeito de pagamento. Não há portanto, descontos pelas pausas de natal, carnaval, páscoa e outras eventuais;
16. O valor das refeições (almoço e lanche), será descontado, quando o aluno faltar durante cinco dias consecutivos, ou mais, avisando previamente a secretaria e/ou o professor/educador.

Artigo 23.º

Serviço de Enfermagem

1. O Colégio tem ao dispor dos seus alunos um atendimento de primeiros socorros;
2. Caso seja necessário, compete às enfermeiras avisar os pais/encarregados de educação do estado da criança;
3. Se o acidente necessitar de intervenção mais especializada recorrerá ao seguro escolar;
4. Caso a criança tenha necessidade de tomar medicamentos durante o horário de frequência do Colégio, os pais/encarregados de educação, deverão comunicar por escrito à enfermeira, professora/educadora, a dose e o horário de administração dos mesmos; estes deverão estar devidamente identificados. No caso de antibióticos, anti-histamínicos ou outros, o medicamento deverá ser acompanhado de fotocópia da receita médica;
5. Os pais/encarregados de educação deverão transmitir à enfermeira, educadora/professora ou auxiliar de ação educativa todas as informações que

considerem pertinentes acerca da saúde e bem-estar do seu educando, se necessário diariamente.

Artigo 24.º

Refeitório

1. A refeição deve ter uma alimentação correta e equilibrada, deve ser um momento de franca e agradável convivência, respeitando as normas de civismo cultivadas no ambiente familiar, complementando a função educativa;
2. Uma refeição completa é constituída por: sopa, pão, água, prato principal (peixe ou carne), saladas, legumes e sobremesa (fruta ou doce);
3. Os refeitórios são locais que, para o seu pleno funcionamento, requerem de todos uma atitude correta e delicada. Isto supõe dos alunos:
 - a. respeitar as normas de educação à mesa, entrada e saída ordenada e calma e falar baixo;
 - b. obedecer aos funcionários responsáveis.
4. Os alunos são acompanhados ao refeitório pelos professores e educadoras;
5. Além dos funcionários que lhes são próprios, encontram-se no refeitório professores, educadoras e vigilantes que acompanham as crianças nas refeições;
6. É estabelecido um programa adequado das operações de limpeza e desinfecção das instalações/equipamentos, de acordo com as normas legais;
7. São cumpridas as regras de receção, armazenamento, preparação e confeção dos alimentos;
8. O pessoal afeto ao refeitório cumpre as regras básicas de higiene no fornecimento das refeições;
9. Além dos almoços fornecidos pelo Colégio, é também facultado o serviço de refeitório aos alunos que trazem almoço de casa. Este almoço deve vir quente e sempre que possível a fruta descascada;
10. Quando um aluno necessita de dieta, terá de entregar um aviso do pai/encarregado de educação à responsável do refeitório ou professora/educadora, até às 10h;
11. Se alguma criança não pode sistematicamente ingerir algum alimento (quer por alergia ou por outro motivo) os pais/encarregados de educação devem

avisar atempadamente a professora/educadora e a responsável do refeitório para que se tomem as devidas providências nas refeições;

12. Os pais/encarregados de educação não devem permanecer junto aos refeitórios no momento das refeições. Devem aguardar que as crianças cheguem ao recreio.

Artigo 25.º

Recreios

1. A meio da manhã, os alunos do 1.º Ciclo têm um intervalo com a duração de vinte minutos, acompanhados por professores e auxiliares. No intervalo do almoço, e a seguir ao lanche, o acompanhamento dos alunos, no recreio, é feito pelas auxiliares e a supervisão realizada por um professor/educador;
2. O período do recreio do pré-escolar é flexível, acompanhado por educadoras e auxiliares;
3. Os recreios devem proporcionar um convívio e brincadeira livre para refazer o espírito para uma nova tarefa de aprendizagem;
4. Os alunos devem dirigir-se para os locais destinados, não devendo ficar nas salas de aula e corredores;
5. Poderão utilizar o material de diversão que lhes é disponibilizado pelo Colégio;
6. Não devem trazer bolas de casa;
7. À tarde os alunos não podem lanchar no espaço dos recreios. Devem utilizar o refeitório de acordo com as normas.

Artigo 26.º

Reprografia

É um serviço de apoio aos professores e restantes elementos do Colégio, responsável pela fotocópia de documentos, fichas, testes de avaliação, etc.

1. Os alunos têm direito a material fotocopiado, como testes, fichas formativas de apoio e de avaliação, dadas pela professora/educadora, na sala de aula;
2. Todos os documentos devem ter, obrigatoriamente, o cabeçalho e o logotipo do Externato do Parque;
3. As fotocópias deverão ser requisitadas com antecedência mínima de 48h;

4. Os originais dos documentos devem ser entregues na reprografia, acompanhados de uma requisição onde conste:
 - a. o número de exemplares a reproduzir;
 - b. a identificação do requisitante e a sua assinatura legível.
5. Não é permitido tirar cópias de livros.

Artigo 27.º

Portaria

1. A segurança na entrada do Colégio é garantida pelos serviços da portaria. Para tranquilidade de todos, os alunos só podem sair do Colégio com adultos que não os pais/encarregados de educação, mediante autorização escrita pelos mesmos e entregue à responsável da portaria, com conhecimento da professora/educadora;
2. A portaria do Colégio, bem como os espaços circundantes, são locais de passagem e de grande visibilidade. Devem, por isso, ser um espaço muito humanizado por todos.

Artigo 28.º

Salas de estudo

1. Durante o primeiro prolongamento há salas de estudo para os alunos do 1.º ciclo.

Artigo 29.º

Biblioteca

1. A Biblioteca do Colégio é um espaço dedicado à leitura individual ou em grupo. Contém um conjunto de obras organizadas por áreas temáticas de fácil acesso aos alunos e professores/educadores;
2. Funciona ao longo do ano com um plano de atividades de acordo com as temáticas curriculares;
3. Os livros podem ser requisitados para a biblioteca de turma da sala de aula ou serem consultados na própria biblioteca;

4. É dever do aluno ou professor/educadora efetuar a requisição, sempre que utilizar livros;
5. Além dos livros guardados em estantes, têm à disposição, em expositores, revistas e brochuras, que poderão utilizar livremente;
6. A biblioteca possui um regulamento próprio.

Artigo 30.º

Laboratório

1. O Colégio dispõe de um laboratório, com equipamentos e recursos didáticos, onde é possível desenvolver atividades experimentais e/ou requisitar materiais para serem utilizados nas salas de aula, no jardim ou na horta do Colégio;
2. As atividades propostas no âmbito das aulas experimentais serão estruturadas em temáticas e são objeto de exploração experimental de acordo com o currículo do pré-escolar e do 1.º ciclo ao longo do ano letivo. O contacto dos alunos com investigadores e cientistas de diferentes áreas do conhecimento, ao longo do ano, é um recurso imprescindível para a sua motivação a novas aprendizagens.

Artigo 31.º

Transporte escolar

O Colégio dispõe de transporte de alunos para algumas zonas da cidade, desde que o número de alunos inscritos o justifique.

1. Os alunos quando entram no autocarro deverão sentar-se e colocar o cinto e cumprir as restantes regras de segurança rodoviária, com o apoio da vigilante;
2. Os alunos ficarão nas paragens combinadas. Se o pai/encarregado de educação não estiver à sua espera no local e hora marcada, voltarão para o Colégio. Neste caso, os pais/encarregados de educação terão de os vir buscar ao Colégio;
3. Nenhum aluno que utilize os transportes do Colégio, poderá sair numa paragem diferente da habitual, sem aviso prévio por escrito entregue na secretaria;

4. A vigilância das crianças na viagem é assegurada por auxiliares de ação educativa.

Artigo 32.º

Sala de audiovisuais

1. Para a utilização das duas salas de audiovisuais deve ser feita, previamente, a sua marcação;
2. Estas salas deverão estar sempre organizadas, para a sessão seguinte. Os aparelhos audiovisuais devem ficar desligados.

Artigo 33.º

Espaços desportivos

1. Na utilização do campo de jogos é dada prioridade às aulas de Educação Física e atividades desportivas;
2. Durante os recreios, o campo de jogos é reservado, por dias marcados, aos diferentes anos do 1.º ciclo;
3. As estruturas devem ser utilizadas pelos alunos com a devida precaução e de acordo com a sua idade.

Artigo 34.º

Seguro escolar

1. Quando o Colégio é o primeiro a ter conhecimento de um acidente ocorrido com uma criança tomam-se os seguintes procedimentos:
 - a. A enfermeira presta os primeiros socorros;
 - b. Se o acidente necessitar de intervenção mais especializada, a enfermeira, após os primeiros socorros, procura entrar em contacto com os pais/encarregados de educação para os informar e solicitar a sua presença no acompanhamento do aluno ao hospital do seguro (Av.^a da Igreja, 66-A das 8.30h às 18.30h caso seja fora deste horário devem dirigir-se ao Hospital da Luz). Conforme a gravidade do acidente, o Colégio não desistirá em contactar os pais/encarregados de educação;

- c. A enfermeira passa a participação do acidente que os pais/encarregados de educação terão de levar ao hospital do seguro. Sem este documento as despesas não serão assumidas pela companhia de seguros;
 - d. Caso vá a outro hospital, os pais/encarregados de educação não levam a participação do acidente e efetuam o pagamento. O recibo deve ser entregue na enfermaria no prazo de 48h para ser enviado posteriormente à companhia de seguros para futuro reembolso;
 - e. Uma vez que a companhia de seguros tenha aceite e satisfeito as despesas, a secretaria do Colégio entrega o referido reembolso aos pais/ encarregados de educação.
2. Quando os pais/encarregados de educação são os primeiros a ter conhecimento ou a tomar a iniciativa de levar a criança ao hospital devem:
- a. Informar no dia seguinte a enfermeira do Colégio para que a participação possa ser enviada de imediato ao seguro;
 - b. Se a informação vier depois de 48h do acidente ocorrido, não é possível reembolsar a despesa e a responsabilidade passa a ser dos pais/encarregados de educação.

Artigo 35.º

Salas de aula

- 1. O professor/educador deve ser o primeiro a entrar e o último a sair das aulas;
- 2. Não é permitido a permanência dos alunos na sala de aula sem a presença do professor;
- 3. O professor é responsável pelo arranjo da sala após a conclusão da sua atividade letiva;
- 4. O quadro e o chão devem ficar limpos e as cadeiras e as mesas arrumadas;
- 5. Os alunos devem entrar e sair de forma ordenada;
- 6. As salas de aula devem manter-se limpas e arejadas ao longo do dia.

Artigo 36.º

Atividades de enriquecimento curricular

O Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (divulgado no *site* do Colégio) tem em vista a promoção da realização pessoal e comunitária dos alunos, através dum plano de desenvolvimento da personalidade, proporcionando aos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo atividades facultativas. São lecionadas por professores especializados.

Artigo 37.º

Escola virtual

1. O projeto Escola Virtual tem como objetivos motivar os alunos a estudar e ajudar os professores na efetiva integração das tecnologias em sala de aula.
2. É um recurso educativo que segue as orientações do programa curricular nacional que contribui para o sucesso educativo e autonomia do aluno.

CAPÍTULO VI

OS ALUNOS

Artigo 38.º

Direitos e deveres

No desenvolvimento dos valores e de uma cultura de cidadania, inseridos no espírito da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia, os alunos têm o direito e o dever de conhecer e respeitar os símbolos nacionais e a Declaração dos Direitos da Criança enquanto matriz de valores e princípios do projeto educativo do Colégio.

1. O estatuto dos alunos do Externato do Parque, confere a cada aluno um conjunto de direitos e deveres, consagrados na identidade própria deste Colégio.
2. São **direitos** dos alunos do Externato do Parque:
 - a. Crescer na Fé de uma forma livre e consciente;

- b. Receber do Colégio uma formação integral coerente com o projeto educativo, projeto curricular de escola e projeto curricular de turma;
- c. Ser respeitado, acolhido e estimado na sua pessoa;
- d. Ser ouvido ou atendido pelos professores/educadoras ou pela direção do Colégio, individualmente e coletivamente, sempre que necessário;
- e. Usufruir de um horário escolar adequado ao ano que frequenta, bem como de uma planificação equilibrada das atividades de enriquecimento curricular;
- f. Usufruir de um ensino de qualidade científico-pedagógico;
- g. Participar no processo de avaliação, através dos mecanismos de auto e heteroavaliação;
- h. Ser informado sobre os assuntos que sejam do seu interesse;
- i. Eleger o delegado de turma;
- j. Utilizar os materiais e espaços necessários à sua aprendizagem;
- k. O processo individual do aluno acompanha-o ao longo de todo o seu percurso escolar. São registadas neste processo as informações relevantes do seu percurso educativo.

3. São **deveres** dos alunos do Externato do Parque:

- a. Tratar todos os que constituem a comunidade escolar com respeito e boa educação;
- b. Os alunos, ao iniciarem o 1.º Ciclo, recebem uma caderneta escolar pessoal. Esta caderneta servirá de elo de ligação entre o Colégio e a família. Deverá estar devidamente cuidada e acompanhar o aluno sempre que se encontre no Colégio;
- c. Criar hábitos de trabalho subordinados ao método e às normas de grupo;
- d. Obedecer às determinações gerais e ao espírito deste regulamento;
- e. Aceitar a autoridade, quer seja da direção, dos professores, das educadoras ou dos auxiliares de ação educativa;
- f. Utilizar uma linguagem cuidada, dignificando a escola e quem a frequenta;
- g. Participar em todas as atividades promovidas pelo Colégio,
- h. Manter o necessário asseio em todos os espaços do Colégio;

- i. Colaborar na conservação do edifício, mobiliário escolar, instalações e de todo o material de uso coletivo ou individual. Os estragos provocados pelos alunos serão reparados à sua custa, individual ou coletivamente, consoante o caso;
 - j. Só os alunos inscritos poderão usar o transporte do Colégio. Os alunos devem obedecer às normas de segurança rodoviária e aos adultos que os acompanham;
 - k. Conhecer e cumprir as normas de funcionamento dos serviços da escola e o regulamento interno da mesma;
 - l. Os alunos não deverão transportar quaisquer materiais ou equipamentos tecnológicos, passíveis de perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas, ou poderem causar danos físicos ou morais aos colegas e a terceiros;
 - m. A utilização de equipamentos eletrónicos, só é permitida em contexto de sala de aula;
 - n. O Colégio não se responsabiliza pelo desaparecimento ou por danos provocados em brinquedos ou outros objetos de valor que a criança traga para Colégio;
 - o. Durante oito dias, após o final do ano letivo, o material esquecido no Colégio será colocado no hall grande para ser levantado pelos pais. Após este período, o Colégio doará esses objetos para instituições de solidariedade.
4. É ainda dever do aluno usar o **uniforme** do Colégio:
- a. Pré-escolar:**
 - i. Meninos e meninas: bata às riscas
 - ii. Meninos: Polo amarelo, calças de ganga ou calção azul escuro (pelo joelho);
 - iii. Meninas: Polo amarelo, saia ou saia-calção azul escura e calças de ganga.
 - b. 1º Ciclo:**
 - i. Meninos: Bata preta; Polo amarelo, calças de ganga ou calção azul escuro (pelo joelho);

- ii. Meninas: Bata preta com gola branca e cinto vermelho; polo amarelo, saia ou saia-calção azul escura e calças de ganga.
 - c. O polo amarelo de manga comprida é facultativo.
 - d. Por cima dos polos só podem usar um casaco azul escuro liso.
 - e. É obrigatório o uso do equipamento da **Educação Física** nas respetivas aulas: *t-shirt* amarela do Externato do Parque, calção azul escuro, sapatilhas ou ténis adequados e meias. No tempo frio fato de treino azul escuro com o logotipo do Externato do Parque;
 - f. Todo o equipamento deve estar marcado e colocado num saco de pano azul escuro, igualmente identificado.
5. Constituem ainda deveres dos alunos:
- a. Trazer uma informação escrita dos pais/encarregados de educação para entregar ao professor/educador quando por motivo de saúde o aluno não pode realizar Educação Física;
 - b. Estar presente no espaço onde decorrer este tempo letivo, cumprindo uma atividade educativa proposta pelo professor, o aluno que, por indicação do médico, esteja dispensado das aulas de Educação Física.
 - c. Dirigir-se aos lugares indicados e serem acompanhados pelos professores/educadores para as salas de aula;
 - d. Serem pontuais na hora de entrada (08h50m no pré-escolar e 1.º ciclo).
 - e. Nas aulas:
 - i. Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;
 - ii. Estar atento nas aulas;
 - iii. Proporcionar um clima de ordem e de calma, indispensáveis à realização das tarefas escolares;
 - iv. Levar o material escolar para as aulas, devidamente organizado e identificado;
 - v. Respeitar o trabalho dos outros e o seu próprio trabalho;
 - vi. Sair da sala de aula, depois de tocar e de o professor ter dado autorização, tendo o cuidado de deixar a sala limpa e as cadeiras arrumadas.
 - f. Nos recreios:

- i. Evitar toda a espécie de agressão nas suas brincadeiras, procurando não magoar os colegas nem utilizar uma linguagem menos adequada ou ofensiva;
 - ii. Contribuir para a limpeza do Colégio, deitando os papéis e qualquer outro tipo de lixo para os recipientes apropriados;
 - iii. Esperar pelos professores/educadoras para subirem para as salas de aula no final do recreio, aquando do toque da campainha.
- g. Na saída da escola:
 - i. Ser pontual na hora de saída;
 - ii. O aluno não pode ausentar-se sem a devida autorização.

Artigo 39.º

Disciplina

1. O não cumprimento dos deveres previstos, de acordo com Dec. Lei nº51/2012, de 5 de setembro), em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal das atividades do Colégio ou das relações no âmbito da comunidade educativa, requer a aplicação de medidas pedagógicas preventivas, dissuasoras e de integração, visando, de forma sustentada:
 - a. o cumprimento dos deveres do aluno;
 - b. a preservação do reconhecimento da autoridade dos professores no exercício da sua atividade profissional e, de acordo com as suas funções, dos demais funcionários;
 - c. o normal prosseguimento das atividades da escola;
 - d. a correção do comportamento inadequado;
 - e. o reforço da formação cívica do aluno com vista ao desenvolvimento equilibrado da sua personalidade, capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa, sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens;
 - f. Na determinação da medida aplicável deve ser tido em consideração:
 - g. a gravidade do incumprimento do dever violado;
 - h. a idade do aluno;
 - i. as circunstâncias específicas em que decorreu o incumprimento.

2. As medidas pedagógicas podem incluir:

a. Advertência ao aluno:

- i. Consiste numa chamada de atenção perante um comportamento perturbador do normal funcionamento das atividades da escola ou das relações, no âmbito da comunidade educativa, sendo um alerta de que deve ser evitado tal tipo de conduta;
- ii. Visa promover a responsabilização do aluno no cumprimento dos seus deveres no Externato;
- iii. É aplicável fora ou dentro da sala de aula, por qualquer professor ou auxiliar;
- iv. A aplicação desta medida e as circunstâncias que a envolvem, devem ser comunicadas ao professor/educador titular de turma;
- v. Esta medida não está sujeita a comunicação obrigatória aos pais/encarregados de educação, por parte do professor/educador titular de turma.

b. Realização de tarefas e atividades de integração escolar:

- i. Consistem no desenvolvimento de tarefas de carácter pedagógico;
- ii. Devem, sempre que possível e aplicável, compreender a reparação do dano provocado pelo aluno;
- iii. A definição das tarefas e atividades, local e período de tempo durante o qual as mesmas ocorrem, é da competência do professor/educador ou auxiliar de ação educativa que presenciou a infração do aluno, informando a Direção Pedagógica;
- iv. A infração e a medida disciplinar corretiva devem ser comunicadas ao professor titular de turma, que as comunicará aos pais/encarregados de educação sempre que considere oportuno.

c. Saída de sala de aula ou outros locais onde decorra o trabalho escolar:

- i. Consiste na saída do aluno da sala de aula ou de espaços onde decorrem as atividades educativas;

- ii. Visa promover as condições para o normal funcionamento do processo ensino/aprendizagem;
 - iii. É da competência do professor respetivo estabelecer o período de tempo durante o qual o aluno deve permanecer fora da sala de aula bem como definir as atividades que o aluno deve desenvolver, se for caso disso, no decurso desse período de tempo;
 - iv. Ao professor compete também providenciar que o aluno seja acompanhado por um adulto que o conduzirá, sempre que possível, a um membro da direção;
 - v. Deve ser imediatamente comunicada ao professor titular de turma, que informará os pais/encarregados de educação, se o considerar conveniente.
- d. O condicionamento no acesso a certos espaços escolares, utilização de certos materiais e equipamentos, participação em determinadas atividades:**
- i. Visa o reforço da formação cívica do aluno e a promoção da reflexão sobre o seu sentido de responsabilidade e correta utilização dos espaços e equipamentos comuns;
 - ii. É da competência do professor ou da auxiliar responsável sendo sempre comunicada ao professor titular de turma;
 - iii. É comunicada aos pais/encarregados de educação a medida adotada quando se justificar;
 - iv. As medidas pedagógicas a aplicar ao aluno devem, sempre que necessário, ter a intervenção dos Serviços de Apoio Pedagógico.

Artigo 40.º

Assembleia de delegados e subdelegados de turma

1. O delegado de turma é o representante e o porta-voz da turma.
2. Qualquer aluno de uma turma pode eleger ou ser eleito delegado;
3. O delegado de turma deverá reunir as seguintes características:
 - a. Ser responsável e empenhado;

- b. Apresentar um comportamento adequado na sala de aula e em todos os espaços do Colégio;
 - c. Relacionar-se com correção e respeito com todos os membros da comunidade educativa.
- 4. Ao delegado de turma compete:
 - a. Representar a turma sempre que necessário;
 - b. Fazer parte da assembleia de delegados de turma sempre que convocado pela direção pedagógica;
 - c. Dar conhecimento à turma de tudo quanto se trate na assembleia de delegados de turma;
 - d. Contribuir para o bom comportamento da turma.
- 5. O subdelegado de turma:
 - a. É o segundo aluno eleito com o maior número de votos;
 - b. Compete-lhe coadjuvar o delegado de turma nas suas funções.

Artigo 41.º

Regime de faltas dos alunos

1. Nos termos da Lei 51/2012 os alunos e respetivos encarregados de educação são responsáveis pelo cumprimento dos deveres de assiduidade e de pontualidade;
2. Um dia de aulas tem em média, seis tempos letivos;
3. Decorrendo as aulas em tempos consecutivos há tantas faltas quantos tempos de ausência do aluno.

Natureza das faltas:

- a. Ausência do aluno por motivos de doença (F) – são consideradas faltas justificadas as dadas por doença, devendo estas ser justificadas, por escrito, pelo encarregado de educação, quando determinar um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se as faltas excederem os três dias úteis;
- b. Outros factos impeditivos da presença na escola e considerados atendíveis pela direção – a justificação de faltas exige um pedido por escrito, apresentado pelo encarregado de educação ao professor titular de turma, com a indicação do dia, da hora e da

- atividade letiva em que a falta ocorreu referenciando os motivos justificativos da mesma na caderneta escolar e no caso do pré-escolar em carta dirigida ao educador;
- c. Faltas de material escolar (FM) – Aquando da 3.º falta de material escolar, o professor deve informar o encarregado de educação para prevenir e resolver a situação.
 - d. Faltas de atraso (FA):
 - i. Considera-se atraso quando o aluno excede o período de dez minutos ao 1.º tempo da manhã;
 - ii. Os encarregados de educação serão informados das faltas de atraso e das suas consequências, por escrito, na caderneta do aluno;
 - iii. Aquando da 3ª falta de atraso, o professor deve informar o encarregado de educação para prevenir e resolver a situação.
4. O pedido de justificação de falta deve ser feito na Caderneta do Aluno (1.º CEB) ou em minuta disponível no site do Colégio (Pré-escolar):
- a. Previamente, se o motivo for previsível;
 - b. Até ao terceiro dia útil subsequente à data da falta, através dos talões de “justificação de falta” da caderneta;
 - c. Através de atestado médico, quando for superior a três dias úteis;
 - d. Quando a falta for devida a marcação de férias dos pais/encarregado de educação, por um período de ausência igual ou superior a dois dias, tem de ser feito um pedido por escrito à direção, 5 dias antes ocorrência da falta, na Caderneta do Aluno.
5. As faltas são injustificadas quando:
- a. Não tenha sido apresentada justificação;
 - b. A justificação tenha sido apresentada fora de prazo;
 - c. Se trate de falta de material;
 - d. A justificação não tenha sido aceite por não estar devidamente justificada.
6. Em cada ano letivo as faltas injustificadas não podem exceder 10 dias seguidos ou interpolados.

Artigo 42.º

Avaliação das aprendizagens dos alunos dos ensinos Pré-escolar e 1.º Ciclo

1. A avaliação dos alunos é realizada de acordo com a legislação em vigor;
2. A avaliação rege-se pelos seguintes princípios:
 - a. Caráter holístico e contextualizado de desenvolvimento e aprendizagem da criança;
 - b. Coerência entre os processos de avaliação e os princípios subjacentes à organização e gestão do currículo definidos nos documentos oficiais;
 - c. Utilização de técnicas e instrumentos de observação e registos diversificados;
 - d. Valorização dos progressos das crianças;
 - e. Promoção de igualdade de oportunidades e equidade.
3. O processo de avaliação das aprendizagens é contínuo e realizado de acordo com o nível de ensino:
 - a. **Avaliação das aprendizagens no Pré-escolar:**
 - i. Avaliação Diagnóstica: será realizada no início do ano letivo sob a forma de caracterização do grupo, de identificação de interesses e necessidades e tem como objetivo a elaboração a adequação do projeto curricular de grupo e a adoção de estratégias de diferenciação pedagógica. Poderá realizar-se em qualquer momento como forma de regular o processo educativo;
 - ii. Avaliação Formativa: no final de cada período letivo: as educadoras procederão à sistematização das informações recolhidas através do preenchimento do Ficha de Avaliação Individual que são entregues ao encarregado de educação, salvo crianças novas na instituição em que a avaliação será diferenciada. As educadoras comunicarão aos pais/encarregado de educação a avaliação do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças, centrando-se numa apreciação positiva, sem omitir as dificuldades que possam existir.

- iii. O educador utiliza técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados tais como: observação, entrevistas, abordagens narrativas, fotografias, gravações áudio e vídeo, com prévio consentimento dos pais/encarregado de educação, registos de autoavaliação, pasta dos trabalhos do aluno e Fichas de Avaliação Individual.
- iv. As Avaliações Trimestrais realizam-se no final de cada período.

b. Avaliação das aprendizagens no 1.º Ciclo:

- i. **Critérios de avaliação:** até ao início de cada ano letivo, o conselho de docentes e o conselho pedagógico, de acordo com as orientações gerais do Ministério da Educação e Ciência, definem os critérios de avaliação constituindo referenciais comuns a toda a equipa educativa, sendo operacionalizados pelo professor titular de turma com a colaboração da restante equipa educativa. É da competência da direção pedagógica a divulgação dos critérios de avaliação junto dos diversos intervenientes;
- ii. **Informação sobre a aprendizagem:** avaliação dos alunos incide sobre os conteúdos definidos nos programas e obedece às metas curriculares em vigor para as diversas disciplinas. A aprendizagem relacionada com as componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constitui objeto de avaliação em todas as disciplinas, de acordo com os critérios definidos pelo Conselho Pedagógico.
- iii. **Avaliação interna:**
 - **Modalidades de avaliação:**
 - Avaliação Diagnóstica: será realizada no início do ano letivo visando a obtenção de elementos para a fundamentação do processo de ensino e de aprendizagem;
 - Avaliação Formativa: enquanto principal modalidade de avaliação integra o processo de ensino e de aprendizagem

fundamentando o seu desenvolvimento. Os procedimentos a adotar no âmbito desta modalidade de avaliação devem privilegiar:

- A regulação do ensino e das aprendizagens, através da recolha de informação que permita conhecer a forma como se ensina e como se aprende, fundamentando a adoção e o ajustamento de medidas e estratégias pedagógicas;
- O carácter contínuo e sistemático dos processos avaliativos e a sua adaptação aos contextos em que ocorrem;
- A diversidade das formas de recolha de informação, através da utilização de diferentes técnicas e instrumentos de avaliação, adequando-os às finalidades que lhes presidem.

- Avaliação Sumativa: esta avaliação traduz a necessidade de, no final de cada período escolar, informar alunos e encarregado de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens. Traduz ainda a tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno. No final do ciclo, são realizadas Provas Globalizantes nas disciplinas de Português e Matemática que complementam o processo de avaliação sumativa.

iv. Avaliação externa:

- A avaliação externa das aprendizagens no ensino básico, da responsabilidade do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), compreende as provas de aferição, de realização obrigatória por todos os alunos do 2.º ano de escolaridade, no final do ano letivo. O processo de aferição abrange as disciplinas de Português, Matemática, Estudo do Meio, Educação Artística e Educação Física;

- As provas de aferição não integram a avaliação interna, pelo que os seus resultados não são considerados na classificação final da disciplina;
- As normas e os procedimentos relativos à realização das provas de avaliação externa, bem como a sua identificação e duração, são objeto de regulamento a aprovar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação;
- Estas provas realizam-se nas datas previstas no despacho que determina o calendário de provas e exames;
- Os resultados e desempenhos dos alunos nas provas de aferição são divulgados à escola através do relatório das provas de Aferição (RIPA), e posteriormente, transmitidos aos alunos e encarregado de educação, pelo professor titular de turma.

v. Condições de aprovação, transição e progressão:

- A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou a retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, de *Transitou/Não Transitou*, no final de cada ano, e de *Aprovado/Não Aprovado*, no final de ciclo;
- A decisão de transição e de aprovação, em cada ano de escolaridade, é tomada sempre que o professor titular de turma considere que o aluno demonstra ter desenvolvido as aprendizagens essenciais para prosseguir com sucesso os seus estudos;
- Um aluno retido nos 2.º ou 3.ºs anos de escolaridade pode integrar a turma a que pertencia por decisão do diretor pedagógico, sob proposta do professor titular de turma, ouvido o conselho de docentes.

vi. Registo das classificações e ratificação das deliberações:

- As decisões do professor titular de turma, no 1.º ciclo, carecem de ratificação do diretor pedagógico;

- O diretor pedagógico deve proceder à verificação da documentação relativa às reuniões dos conselhos de docentes, assegurando-se do integral cumprimento das disposições em vigor e da observância dos critérios definidos pelo Conselho de Docentes e Conselho Pedagógico, competindo-lhe desencadear os mecanismos necessários à correção de eventuais irregularidades;
- As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3.º período de um ano letivo podem ser objeto de um pedido de revisão, devidamente fundamentado, dirigido pelos respetivos pais/encarregado de educação à direção da escola no prazo de três dias úteis a contar da data de entrega das fichas de registo de avaliação;
- O diretor pedagógico convoca no prazo de cinco dias úteis o professor titular de turma para apreciação do pedido podendo confirmar ou modificar a avaliação inicial elaborando um relatório;
- Da deliberação do diretor e da respetiva fundamentação é dado conhecimento aos pais/encarregado de educação através de carta registada com aviso de receção no prazo máximo de vinte dias úteis;
- Os pais/encarregado de educação podem ainda, no prazo de cinco dias úteis, interpor recurso hierárquico ao MEC.

vii. **Processos de identificação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, para crianças com necessidades educativas:**

- Os alunos que beneficiem de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, realizam as provas de aferição e as provas globalizantes, usufruindo de todos os recursos específicos necessários para responder às suas necessidades educativas, de acordo com os Decreto-Lei 54 de 6 de julho de 2018.

viii. Conção, operacionalização e avaliação das aprendizagens de crianças com necessidades educativas:

- Sempre que necessário devem ser definidas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão dos alunos de forma a responder às necessidades educativas de cada aluno;
- Os alunos têm direito a beneficiar de medidas de gestão curricular através da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos, de forma a responder aos diferentes estilos de aprendizagem promovendo o sucesso escolar de cada aluno;
- Coadjuvação em sala de aula, valorizando as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino;

ix. Constituição e funcionamento dos conselhos de docentes do Pré-escolar e do 1.º Ciclo:

- O conselho de docentes é constituído, para efeitos de avaliação dos alunos, por todos os educadores/ professores titulares de turma em articulação com os professores coadjuvantes;
- No conselho de docentes, podem ainda intervir, sem direito a voto, os serviços com competência em matéria de apoio educativo;
- As deliberações do conselho de docentes devem resultar do consenso dos educadores/ professores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação, quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso;
- No caso de recurso à votação, todos os membros do conselho de docentes devem votar nominalmente, não havendo lugar a abstenção, sendo registado em ata o resultado da votação;

- A deliberação só pode ser tomada por maioria, tendo o presidente do conselho de docentes, designado entre os membros, voto de qualidade em caso de empate;
- Na ata da reunião de conselho de docentes, devem ficar registadas todas as deliberações e a respetiva fundamentação.

x. Processo individual do aluno

- O processo individual do aluno é documentado de forma sistemática de acordo com a legislação em vigor;
- O mesmo acompanha-o, obrigatoriamente, sempre que este mude de escola.

CAPÍTULO VII

PESSOAL DOCENTE DO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO

Artigo 43.º

Pessoal docente

1. O corpo docente é formado por:

- Educadoras de Infância (Pré-escolar);
- Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Professores de Religião (1.º Ciclo do Ensino Básico);
- Professores de Educação Física (Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico);
- Professor de Música (Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico);
- Professor de Artes Visuais (1.º Ciclo do Ensino Básico);
- Professores de Inglês (Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico);
- Professor de Tecnologias de Informação e Comunicação (1.º Ciclo do Ensino Básico).

Artigo 44.º

Direitos

Além do consignado na lei os docentes do Externato do Parque gozam dos seguintes direitos:

1. Ser respeitado como “Pessoa” na sua dignidade e no desempenho da sua missão;
2. Ser apoiado e informado no que diz respeito às suas funções;
3. Poder formular sugestões que contribuam para o aperfeiçoamento dos serviços e da vida do Colégio;
4. Beneficiar e participar em ações de formação que concorram para o seu enriquecimento profissional e educativo. O critério de escolha de participação em ações de formação no exterior será da competência da direção. Esta deverá ter em conta as necessidades e possibilidades da instituição, assim como assegurar o seu bom funcionamento durante este tempo;
5. Utilizar os meios necessários convenientes e disponíveis para o bom desempenho das suas funções;
6. Ter direito a gozar os dias de férias previstos na lei.

Artigo 45.º

Deveres

São deveres dos docentes do Externato do Parque:

1. Assumir os princípios orientadores, objetivos do projeto educativo, projeto curricular de escola, plano curricular de turma e o regulamento interno do Colégio que têm como finalidade a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento pessoal e social numa perspetiva cristã e eclesial, para que possam mais tarde desempenhar um papel ativo e responsável na sociedade, educando assim para a cidadania;
2. Seguir a pedagogia de Santa Paula de forma simples e familiar, pela “Via do Coração e do Amor”;
3. Estabelecer e manter relações interpessoais saudáveis com a comunidade educativa;

4. Participar na elaboração do projeto educativo, plano de curricular de turma e do plano anual de atividades;
5. Realizar a sua autoavaliação de acordo com os critérios definidos;
6. Desempenhar as suas funções segundo a ética profissional;
7. Trabalhar em espírito de equipa;
8. Ser bom "referente" para os alunos e um bom colaborador na construção da comunidade educativa;
9. Responder pelo cumprimento de todas as tarefas que concorrem para ação educativa, perante a direção;
10. Cultivar uma maior qualidade e competências educativas;
11. Manter com os colegas o espírito de colaboração, solidariedade e amizade indispensáveis à exigência e ao bom espírito da missão educativa realizada no Colégio;
12. Promover o desenvolvimento das áreas de conteúdos e o ensino das disciplinas conforme o horário e o programa estabelecido;
13. Zelar pela disciplina geral de todo o estabelecimento e em particular pela turma que lhe é confiada;
14. Participar à Direção Pedagógica as atividades que impliquem saída do Colégio ou a mudança de sala de aula ou de local;
15. Verificar e anotar as faltas dos alunos bem como o seu aproveitamento;
16. Fornecer à direção nas datas previstas e/ou sempre que solicitadas, as informações de aproveitamento e comportamento dos seus alunos;
17. Valorizar a formação integral e cristã do aluno;
18. Ser assíduo e pontual;
19. Justificar a sua falta e quando possível comunicar antecipadamente a sua ausência;
20. Comparecer às reuniões quando convocadas pela Direção;
21. Colaborar em todas as ações que possam concorrer para o progresso e bom funcionamento do Colégio;
22. Zelar pela ordem e conservação das instalações e do material escolar;
23. Promover atividades e experiências pedagógicas;
24. Sensibilizar os alunos para a necessidade de conservação e limpeza das instalações e do material escolar;

25. Atender os Encarregados de Educação sempre que houver necessidade e na hora marcada;
26. Trabalhar em interdisciplinaridade com todos os colegas.

Artigo 46.º

Atribuições específicas dos educadores e professores titulares de turma

1. Zelar pelo bom funcionamento da turma, tanto no que diz respeito ao bom comportamento e à disciplina, bem como no que se refere aos resultados escolares;
2. Participar no Conselho de Docentes;
3. Elaborar propostas de visitas de estudo e outras atividades culturais;
4. Colaborar na solução de problemas de integração dos alunos na turma e no Colégio;
5. Estabelecer contactos com a equipa de apoio educativo;
6. Promover e conduzir reuniões de Encarregados de Educação;
7. Manter atualizado o Portal do Professor;
8. Adotar medidas tendentes à melhoria de condições de aprendizagem visando a melhoria dos resultados dos alunos e da qualidade das aprendizagens;
9. Registar no processo individual do aluno as informações relevantes do seu percurso educativo incluindo as atividades de enriquecimento curricular.

CAPÍTULO VIII

PESSOAL NÃO DOCENTE

Artigo 47º

Pessoal não docente

O pessoal não docente está integrado nos seguintes setores: secretaria, tesouraria, vigilância, portaria, telefone, enfermaria, cozinha, refeitório, limpeza, jardim, quinta e conservação, nas salas de aula e nos serviços de apoio educativo.

Artigo 48.º

Direitos

São direitos do pessoal não docente:

1. Ser tratado respeitosamente e considerado na sua “Pessoa” por todos os elementos da comunidade educativa;
2. Ser apoiado e informado pelos órgãos de direção;
3. Formular sugestões que possam contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços e da vida do Colégio;
4. Participar em ações de formação promovidas pelo Colégio, ou por outras entidades.

Artigo 49.º

Deveres

Constituem deveres do pessoal não docente:

1. Intervir diretamente na formação integral dos alunos, através de uma conduta exemplar, e contribuir para a construção da comunidade educativa;
2. Respeitar os princípios orientadores e objetivos do projeto educativo que visam um modo de ser e agir marcado pela “simplicidade”, “espírito de família” e “espírito de serviço”;
3. Viver relações interpessoais de amizade, interajuda e complementaridade, num clima simples e familiar entre todos os membros da comunidade educativa;
4. Participar sempre, que possível, nas atividades e iniciativas do Colégio;
5. Tratar respeitosamente todos os elementos da comunidade educativa;
6. Colaborar com a direção do Colégio na resolução de problemas internos;
7. Ser assíduo e pontual;
8. Zelar pela limpeza e conservação das instalações e equipamentos;
9. Colaborar com a direção na eficácia do bom funcionamento do Colégio;
10. Interagir numa forma solidária e construtiva;
11. Cultivar uma boa qualidade no exercício das suas competências profissionais;

12. Justificar a sua falta e quando possível, comunicar antecipadamente a sua ausência;
13. Participar em ações de formação promovidas pelo Colégio.

Artigo 50.º

Atribuições dos assistentes educativos

1. Zelar para que os alunos se comportem com civismo;
2. Intervir em todas as circunstâncias em que se verifiquem condutas contrárias ao regulamento;
3. Exercer as suas funções em qualquer local ou situação desde que as necessidades o exijam;
4. Colaborar na manutenção do material e instalações ou realizar outras tarefas julgadas adequadas pela direção em período não letivo;
5. Exercer a vigilância em festas, passeios ou outras atividades no exterior, sempre que tal for necessário;
6. Trabalhar em parceria com as educadoras na sala de aula ou noutros espaços;
7. Colaborar com a direção do Colégio na resolução de problemas internos;
8. Ter um elemento, no Conselho Pedagógico, nomeado pela Direção;
9. Ter uma atitude dinâmica no recreios, quer promovendo iniciativas lúdicas, quer vigiando atentamente as brincadeiras e ainda estimulando o ambiente de amizade entre todos.

CAPÍTULO IX

PARTICIPAÇÃO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

A participação dos encarregados de educação na vida do Colégio, traz benefícios para os alunos, melhorando o seu interesse, as suas atitudes e comportamento, bem como o nível das aprendizagens. Os encarregados de educação devem intervir de forma construtiva, nos diversos temas e projetos que estejam relacionados com a educação dos seus filhos/educandos. Em conjunto com os alunos, encarregados de educação, professores, educadores, órgãos de gestão e outros intervenientes no processo educativo, pretende-se desenvolver os objetivos preconizados no Projeto Educativo

do Externato do Parque, com vista a uma perfeita conjugação de esforços no campo educativo, ético, moral e religioso.

Artigo 51.º

Direitos e deveres dos encarregados de educação

São direitos e deveres dos encarregados de educação:

1. Colaborar na missão educativa do Colégio;
2. Manifestar as suas preocupações e expectativas;
3. Apoiar o Colégio para que mantenha a qualidade e competência educativas que propõe oferecer aos seus educandos;
4. Cumprir os horários estabelecidos, respeitando a hora de entrada e de saída;
5. Conhecer e cumprir as normas do regulamento interno do Colégio e subscrever a declaração de aceitação do mesmo, entregando-a na secretaria;
6. Colaborar na vida e iniciativas do Colégio;
7. Justificar sempre as faltas do aluno, conforme legislação em vigor;
8. Comunicar ao respetivo professor/educador, através da caderneta do aluno ou recado escrito, sempre que o aluno tiver que se ausentar do Colégio;
9. Zelar pelo bom funcionamento das aulas, devendo para isso circular e/ou permanecer apenas nos locais permitidos evitando o acesso aos andares das aulas, a não ser com autorização. Esta determinação deve ser entendida como uma forma de colaboração na vigilância e segurança dos alunos;
10. Trazer uma declaração do médico em caso de doença quando a ausência do aluno for de três ou mais dias, consecutivos;
11. Zelar para que os alunos não tragam objetos que ponham em risco a segurança das crianças;
12. Apresentar por escrito uma autorização para que o aluno possa sair do Colégio em tempos letivos;
13. Apresentar igualmente por escrito uma autorização para o aluno sair do Colégio com outra pessoa, que não seja a que habitualmente o acompanha;
14. Participar nas reuniões gerais ou de turma, em conferências, festas e outras ocasiões de encontro promovidas pela comunidade educativa;

15. Colaborar com a direção, professores e educadores, na tarefa da educação para que esta se torne mais proveitosa;
16. Autorizar o Colégio a fotografar e filmar os seus filhos/educandos, no âmbito das atividades por ele organizadas, exclusivamente para efeitos educativo-pedagógicos. O material audiovisual poderá ser utilizado nas publicações do Colégio, incluindo no *site* ou *facebook*;
17. Verificar a caderneta do aluno tomando conhecimento das observações que os professores nela registam e rubricar as mesmas

Artigo 52.º

Delegados de pais

1. Os dois delegados de pais por turma são designados pelos seus pares, na primeira reunião de cada ano letivo e propostos à direção do Colégio. A duração do mandato é por um ano letivo, podendo ser reeleito.
2. Cada turma tem dois delegados de pais e estes só podem representar uma turma.
3. São competências dos delegados de pais:
 - a. Ser o porta-voz dos pais/encarregados de educação dos alunos da turma junto da direção sobre os assuntos abordados em reuniões de pais;
 - b. Apoiar os professores sempre que estes solicitem;
 - c. Lavrar as atas com os assuntos tratados nas reuniões e enviar à professora/educadora, sempre que possível, no prazo de 48h.

Artigo 53.º

Conselho de delegados de pais do Pré-escolar e 1.º Ciclo

1. O conselho de delegados de pais reúne com a direção, uma vez por período;
2. O conselho de delegados de pais é constituído pelos delegados de pais propostos por cada turma do Pré-escolar e do 1.º Ciclo;
3. Tem papel consultivo, colaborando com a direção na reflexão sobre temas ou questões relacionadas com a vida da escola.

Artigo 54.º

Disposição final

Cabe à Direção resolver todos os assuntos que não estiverem contemplados no presente regulamento, tendo em conta a legislação em vigor.

A Direção,
Setembro de 2018

Província Portuguesa do Instituto das Irmãs de Santa Doroteia



Rua da Artilharia Um, 97, 1070 - 012 Lisboa

☎ +351 213806430 (*geral*); +351 21380643 (*secretaria*) | 🌐 www.externatodoparque.pt |
f /Externato-do-Parque-840155609402831/timeline/ | @secretaria@externatodoparque.pt